



Reunião de 30/10/2015

ATA N.º 28/2015

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE

---- Aos **trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques e Dr.^a Sofia Relvas Marques. -----

---- Registaram-se as faltas, consideradas justificadas, dos Senhores Vereadores Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

---- O Senhor Presidente informou a Câmara que a Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves lhe tinha comunicado que se encontrava doente e que o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral lhe comunicou que, por razões profissionais inadiáveis, não podia estar presente. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, declarou aberta reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 30 de outubro de 2015. Resumo Diário de Tesouraria - Total de disponibilidades: 2.162.498,41 euros, sendo de operações não orçamentais: 93.487,34 euros. -----

---- O Senhor Presidente entregou papéis aos Senhores Vereadores referentes ao Enoturismo e informou também que ia haver uma reunião de Câmara no dia 11 de novembro de 2015 e no dia 13 ia ser o magusto, na sexta-feira a seguir. Portanto, de hoje a 15 dias, 17 horas. Seguirá um convite, mas ficavam desde já convidados. -----

ORDEM DO DIA

1 – RECURSOS HUMANOS

(304/20151030)1.1.APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

---- Presente o mapa de pessoal para o ano de 2016, o qual fica anexo a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi enviado o Mapa de Pessoal. Queria deixar aos Senhores Vereadores a nota da evolução do número de trabalhadores dos últimos anos. Portanto, relativamente ao Mapa do Pessoal do ano passado não houve nenhuma alteração, exceto uma diminuição por reforma do número de trabalhadores. Portanto, estão previstos, estão no Quadro de Pessoal 173 trabalhadores, mais 13 das AEC,s. É o que está previsto para



Reunião de 30/10/2015

o ano de 2016, o que totaliza, portanto, 186. A evolução, incluindo as AEC,s, do número de trabalhadores, em 2012 havia 262 trabalhadores. A diferença para 210, cerca de 50, quase 50 contratos eram contratos a termo que, entretanto, acabaram em 2013. E no final de 2013 já havia 210 trabalhadores. E no final de 2014 189. E durante o ano de 2016 o Executivo projeta 186, incluindo 13 contratos de AEC. Portanto, tem havido, também nesta perspetiva, uma redução da despesa estrutural com Pessoal no sentido, aliás, que era apontado no Plano de Ajustamento Financeiro da Autarquia. E, portanto, este ano o Executivo também manteve o Mapa de Quadro do Pessoal em termos semelhantes. As necessidades dos Serviços estão espelhadas depois a preencher, contratos de trabalho a preencher. Também vínculos, se acontecer alguma coisa desse género em 2016, que não é expetável, serão vínculos temporários, são vínculos transitórios de mão-de-obra. Por isso é que estão a preencher contratos de trabalho de acordo com a flexibilidade que a legislação poderá permitir. O Executivo tem necessidades a esse nível. Por exemplo, há só um Coveiro no Quadro, mas ele, Senhor Presidente, também intenção de reestruturar toda a relação a esse nível com os Senhores Presidentes de Junta, consensualizar isso com eles porque é uma atividade que está um bocadinho desregulada, na sua opinião, porque a Câmara Municipal abre a cova e depois as Juntas de Freguesia recebem a receita da abertura da cova. Portanto, queria um bocadinho falar com eles porque a Câmara agora não tem recursos humanos que permitam isso, sem prejuízo de considerar que têm orçamentos escassos. Portanto, será uma questão que ele, Senhor Presidente, quer consensualizar também rapidamente, esperava que agora em novembro, para vigorar durante o ano de 2016, que poderá, perfeitamente, depois ser discutida uma situação de prestação de serviços em vez de estruturalizarem a despesa há empresas hoje que prestam todo o tipo de serviços a esse nível dos cemitérios, á Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, seja limpezas, seja abertura de covas, seja dignidade dos funerais, hoje é um serviço. Com este constrangimento que o Executivo tem em termos de admissão de Pessoal pode ser um dos caminhos, que é uma coisa que nestes dois anos o que mais tem preocupado é, de facto, o setor, o resto vai andando com uns POC,s, com CEI, mas é o setor das águas, que é um bem essencial que preocupa sempre, achava que não era só esta Câmara, a anterior também, quando falta a água, ou há um corte, ou rebenta na Serra de Travaços a conduta. Portanto, é uma preocupação essencial em termos de recursos humanos esta questão também dos cemitérios. Portanto, era aquilo que estava ali previsto, 186 trabalhadores no Quadro para o ano de 2016, com esta evolução que referenciou aos Senhores Vereadores. Questionou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar sobre esta questão do Mapa do Pessoal para 2016. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2016, devendo este assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal.

2 – CONTABILIDADE

(305/20151030)2.1.PROPOSTAS DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016 – APROVAÇÃO

---- Presentes as Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2016, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----



Reunião de 30/10/2015

---- O Senhor Presidente afirmou que, em termos de procedimento, este ano foi possível acrescida disponibilidade para conversar com todos os parceiros a quem diz respeito o Orçamento. É um documento que ainda vai ser enviado para a Direção Geral das Autarquias Locais, para aprovação. Mas foi possível ouvir, quer todos os Senhores Presidentes de Junta, com quem o Executivo falou, ele, Senhor Presidente, em particular, relativamente às necessidades e aos desejos e às perspetivas das Juntas de Freguesia, com o Grupo Parlamentar, com os Senhores Vereadores do PSD e do CDS, que também fizeram os seus comentários, ou, pelo menos, manifestaram as suas preocupações. Também com o Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do Partido Socialista e até mesmo com a Comissão Política do Partido Socialista também reuniram na segunda-feira á noite. O Executivo também reuniu, a pedido da Comissão Política do PSD também com a Comissão Política do PSD. De tudo resulta que, de todos, e não podia deixar de se felicitar por isso, que á cabeça das preocupações de todos estão, de facto, alguns compromissos que, de facto, o Executivo tem assumido para estes quatro anos, que é, de facto, a questão da dívida, do controlo da dívida, da revisão do PAEL/Plano de Ajustamento Financeiro para depois ponderarem a questão fiscal das receitas próprias do Município, particularmente, o IMI. Portanto, de todos, sem exceção, há essa preocupação do controlo do endividamento municipal no sentido de se recuperar essa liberdade dos órgãos próprios da Câmara de Nelas, do Município de Nelas. Outra preocupação que todos manifestaram era, de facto, continua a ser para o Executivo absolutamente prioritário a questão da indústria, da economia e da criação de emprego. Portanto, também é pacífico em termos do Município que todos os recursos, as energias, de todos seriam canalizados também para isso, portanto, sem regatear qualquer tipo de esforço e de energia. Também era pacífico para todos, incluindo para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o que é uma evolução, pelo menos ao nível das preocupações imediatas, a questão das ETAR,s, todos também transmitiram que gostariam, prioritariamente, de ver concretizada nas suas Freguesias, um investimento ao nível das estações de tratamento de águas residuais, o que também é uma evolução relativamente a preocupações recentes. O Orçamento tem, em termos de receita, só rapidamente, é praticamente, como os Senhores Vereadores sabiam, o Executivo e daí não foge, todas as receitas que estão ali previstas têm o rigor da Senhora Dr.^a Célia, que resulta da aplicação dos critérios legais, que é a receita tem que ser aquela que é mesmo prevista. Portanto, em termos de IMI é a receita que está inscrita ali a mesma receita de 2015, 1.900.000,00 euros, sendo que ronda o mesmo valor, se fizermos em termos comparativos se fizermos e ele, Senhor Presidente, fez esse exercício. Todo o lado da receita, em termos de receitas correntes, tinham, praticamente, uma adaptação. As grandes rubricas sejam as receitas próprias, sejam as transferências da Administração Central, rondam, portanto, a previsão, porque o nosso Orçamento é do lado da receita é muito fácil de construir, são á volta de 4,5 milhões de euros, 5 milhões de euros de transferências da Administração Central, 2,5 milhões de euros de receitas próprias, o que soma 7,5 milhões de euros. Para os 9 milhões de euros, um milhão e meio, que resulta da água, da energia elétrica. Portanto, o Executivo anda, depois o que sobra, portanto, em termos de receitas as grandes rubricas, a estruturação da receita resulta daí. Depois, o que está previsto, também em termos de receita ali nas transferências de capital, que reflete ali a questão do FEF, do Fundo de Equilíbrio Financeiro, como os Senhores Vereadores sabiam, o Executivo podia ter optado até junho



Reunião de 30/10/2015

pela distribuição do FEF de maneira diversa, o que fez para este ano de 2015 que foi 60% 40%. Mas como não o fez este ano e não o fez propositadamente porque andou sempre em termos de Tesouraria, em termos orçamentais, a fazer sucessivos ajustamentos porque, de facto, isto obriga do lado da despesa corrente a um grande rigor e o próprio Plano de Ajustamento Financeiro do lado da despesa corrente não está adequado, já não estava na altura em que foi feito, pelo que dizem os Técnicos, adaptado às necessidades correntes do Município. Portanto, este ano o Executivo não tomou essa opção em termos dos 60% 40%, portanto, ficou a opção supletiva dos 90% 10%, que se reflete ali nos 424.000,00 euros de receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas que depois não tem correspondência na despesa porque o Executivo na despesa, fruto da elaboração do lado da despesa, conseguiu quase manter a regra que considera virtuosa que é os 60% 40%, 60% de despesas correntes e 40% de despesas de capital. Ele, Senhor Presidente, acha que se fizerem a conta dá 63% 37%. Portanto, o Executivo vai tentar do lado da despesa, apesar das despesas de capital serem 22% e as receitas correntes serem 78%, depois na despesa temos despesas de capital, depois temos 60,6% na despesa corrente e 39,4% nas despesas de capital. Portanto, o Executivo faz este exercício, não obstante, o que também resulta muito desta opção, que o Executivo não identificou, mas que transferiu muita da receita corrente para despesa de capital. Portanto, do lado da receita, como os Senhores Vereadores viam, estava, absolutamente, não há empolamento, pelo menos da receita corrente, nada. Depois tinha ali, porque depois também não conseguiria concretizar os projetos, do lado da receita de capital, das transferências de capital, o Executivo tem já garantidas receitas de 350.000,00 euros que estava ali em Outras, que é a Loja do Cidadão. Portanto, o Executivo tem que a candidatar até ao dia 20 de novembro. Tem ali do POSEUR, que é a ETAR de Nelas, está garantido. Aliás, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, embora ontem mandou, que vai continuar no Governo que vai ser empossado hoje, mandou uma mensagem ontem a dar conforto a este projeto. E o Executivo tinha ali, portanto, 1.700.000,00 euros, que é previsto, portanto, a ETAR de Nelas é para ser executada este ano. Portanto, não está passado nada para o ano que vem. Aqui é 1.700.000,00 euros, que é a execução que o Executivo pensa realizar em termos do POSEUR para 2016. O PDR que ali está é a parte que o Executivo pensa executar caso não seja aprovado o projeto da rede primária, rede secundária, rede ripícola, o anterior PRODER. O Executivo tem candidatado desde o início do mandato, mas que não teve grande evolução. Portanto, do lado da receita, como os Senhores Vereadores viam, aquilo estava sujeito depois a alguma revisão orçamental que possa resultar da concretização e fica já tudo isso em aberto, naturalmente, que possa resultar da concretização das despesas do PPI, muitas delas enunciadas em termos de Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Dão Lafões e que estão aí inscritas como total de investimento, mas depois financiamento definido as rubricas são escassas porque o Executivo está á espera que abram os avisos para poder incluir esses projetos. Portanto, do lado da receita era aquilo. Não há, como os Senhores Vereadores viam, vendas de terrenos, que noutros tempos, não era só na Câmara anterior, noutras também anteriormente, se punham algumas rubricas do lado da receita para depois justificar em termos de Orçamento tais despesas. Mas está completamente focado, transparente, rigoroso, este Orçamento da Receita para o ano de 2016. Do lado da despesa, ele, Senhor Presidente, tinha ali um resumo. As preocupações fundamentais, portanto, tinham ali a evolução em



Reunião de 30/10/2015

termos das despesas correntes, despesas com Pessoal 3 milhões de euros. Os Senhores Vereadores viram ali também que há uma redução de três trabalhadores, três, ou quatro trabalhadores. Portanto, em termos de despesas com Pessoal é cada vez mais difícil, porque ela está estruturalizada em contratos de trabalho efetivos, reduzi-los. Portanto, á volta dos 3 milhões de euros, o Executivo terá de contar sempre com isso e, portanto, vai havendo a possibilidade da aposentação dos trabalhadores. Mas também todos os anos há acertos a fazer. Portanto, fornecimento de serviços externos também segue a despesa que estava ali lançada também com absoluto rigor. A Senhora Dr.^a Célia divide a despesa dos últimos 24 meses até setembro, divide a despesa por mês e depois prevê, faz a média e inscreve-a. É assim que ditam as regras e, portanto, tudo o que ali estava inscrito resulta da média da despesa verificada nos últimos 24 meses, de setembro para trás. Portanto, é despesa também um bocadinho estruturalizada que é difícil de diminuir e, portanto, sobre a qual, três milhões de euros para ali, três milhões de euros para o fornecimento de serviços externos, dão seis milhões de euros, portanto, seis milhões de euros, sete milhões de euros. Não são precisos os políticos para nada porque, fruto dos compromissos e da estrutura existente no Município, ela tem de ser assumida. Também estava refletido o que era possível transferir, muito da receita corrente, para despesa de capital. Era, de facto, estava ali refletido também para o ano que vem, só de 335.000,00 euros de juros e Aquisição de Bens de Capital, lá estão inscritos a sociedades financeiras, bancos e outras instituições 989.500,00 euros, o que implica a substituição, também por opção que o Executivo tinha ali para dar mais margem de gestão, sem prejuízo, porque a Lei do Orçamento de Estado para 2016 ainda não foi aprovada e, portanto, o Executivo não tem ainda a certeza da obrigatoriedade de uma amortização extraordinária do empréstimo. Portanto, no mapa que foi distribuído aos Senhores Vereadores a Senhora Dr.^a Célia, sem o refletir ali no Orçamento, tinha uma amortização extraordinária de 412.000,00 euros, á semelhança do ano anterior. Portanto, não vale a pena o Executivo estar já a condicionar o Orçamento por uma norma que não sabia se vem em termos orçamentais. Se vier, á semelhança do que foi feito este ano, porque no ano passado também não foi posto a amortização extraordinária. Depois na revisão o Executivo teve que a colocar porque, senão, o Executivo fica já com quatrocentos e tal mil euros cativos sem possibilidade. Portanto, o mapa é o novo mapa que foi distribuído que, em termos de dívida, fruto desta amortização de 1.097.000,00 euros e dos juros. Mas ali em termos de dívida, em 31 de dezembro de 2015 o Executivo tem perspetivado existir uma dívida no final deste ano de 11,5 milhões de euros e em 2016 10,5 milhões de euros, o que, como os Senhores Vereadores vêm, pelo andamento normal ordinário da amortização dos empréstimos e também da renegociação da dívida que ocorreu e também das amortizações extraordinária da dívida que têm sido impostas ao Executivo, estará em condições em 2016 para uma efetiva revisão, renegociação, ponto final no Plano de Ajustamento Financeiro. Portanto, o Executivo ia ver como é que encerram as contas também em 2015. Portanto, aquilo ali era um forecast, era uma previsão. Mas a correrem as coisas assim, o Executivo estará, seguramente, durante o ano de 2016, abaixo do limite do endividamento municipal, que é, como os Senhores Vereadores sabem, uma vez e meia as receitas correntes médias dos últimos 3 anos. Em termos, depois, das opções de investimento, estava ali um mapa resumo, e que concretizam, de alguma maneira, as opções de todos, quer o compromisso do Executivo. Ele, Senhor Presidente, continuava a



Reunião de 30/10/2015

dizer que ele, em termos de orçamentos e em termos de execução orçamental, tinha ali bem vinculados os compromissos que assumiram e, portanto, o Executivo está a tentar verificar se durante estes quatro anos é possível potenciar ao máximo o conjunto de compromissos que assumiu, seja ao nível da sustentabilidade económica e ambiental e empregabilidade local, as indústrias, apoiar as indústrias, os empresários, o Balcão de Apoio ao Investidor, a Unidade Empreende, que foi logo criada, ARU,s, também estão previstas no PPI áreas de reabilitação urbana, portanto, reabilitar urbanisticamente o Concelho é um instrumento importante que o próprio quadro comunitário também vai dar meios para isso. Concretizar a habitação social, o Executivo está muito atento á questão da habitação social. Foi incluída uma verba no Orçamento de 20.000,00 euros para aplicação concreta ao regulamento de apoio a obras na habitação de famílias carenciadas, estava ali também no PPI. Portanto, o Executivo vai por aí, por essa via, em termos da habitação, mas não exclui a possibilidade de assim que abra algum aviso, algum concurso, de candidatar projetos de muito maior dimensão em termos de habitação social, quer para a população normal, quer para resolver o problema dos ciganos que estão a bloquear, em termos urbanísticos, o crescimento de Nelas, portanto, se abrir essa possibilidade. A rede viária vai acompanhando as disponibilidades. O Executivo gostaria de retomar o crescimento viário que também potencia e também, de alguma maneira, corresponde ao aumento urbanístico e ao bem-estar e desenvolvimento económico que se verifica em termos municipais e, portanto, o Executivo queria ver se conseguia dar outro incremento em 2016 e 2017, quer à malha viária de Nelas, tudo o que está e que é necessário ampliar e ele, Senhor Presidente, estava a ver, por exemplo, que o Senhor João, da TMN, lhe diz para o Executivo fazer a rede viária, ou avançar com a rede viária ali na ligação da E.N. n.º 234 àquela rua do estraga rodas porque ele quer construir mais duas habitações. Portanto, o Executivo tem que corresponder e já gente lá construiu casa e, portanto, o Executivo tem que avançar com isso. Projetar também aquela Variante que vai dar ao Folhadal. Projetar outras necessidades que existem aqui em termos de rede viária. Em Canas de Senhorim, também, ali a ligação da rotunda da esquina do cemitério, da rotunda da Rua da Estação, Avenida dos Bombeiros Voluntários até á Rua Tiago Marques, interna, a Junta de Freguesia pede isso também, para se ir avançando em termos de rede viária, particularmente, essa e outras, seja aquela da Casa do Frazão, em que também há aí um contrato de urbanização para se rasgar pelo menos a estrada que venha dar ali á Urbanização das Lameiras, ou á Urbanização do Cipreste, ali junto à Escola, isto em Canas de Senhorim. Depois há uma série de projetos, que foram iniciados, alguns ainda no mandato anterior, outros no tempo do Senhor Dr. José Correia, que é preciso dar-lhe sequência. Ele, Senhor Presidente, estava a pensar na Variante da Aguieira também, é uma preocupação que todos manifestaram, a Variante da Aguieira, a Rua da Soma/uma Variante, em Santar. A estrada Nelas-Moreira, continuar um complemento cá em baixo até á casa do Sarita e depois aquela rua da Associação, a rua, na Lapa do Lobo, aquela rua que vai dar ao parque de materiais do Senhor Salomão, que também há mais de 20 anos que já lá vive uma série de gente, a Rua de Senhorim, também junto ao Serviço de Finanças, há lá aquela rua também, exatamente. Portanto, há uma série de aspetos da rede viária que permite ao Executivo e ele, Senhor Presidente, também gostava de deixar esta nota à Câmara, que permita ao Executivo, no próximo ano, ponderar a possibilidade de três elementos de ponderação, que são, o rigor



Reunião de 30/10/2015

financeiro do Município, a baixa das receitas próprias, o endividamento máximo do Município, porque há necessidades, Uma das necessidades, desde logo, da Câmara e de nós todos, é criar esperança nas populações, saber corresponder aos desejos de crescimento, de aumento da qualidade de vida e etc. E às vezes isso é um bocadinho conflituante com a redução do endividamento da dívida em excesso. Portanto, é uma opção que se vai colocar em 2016, em 2017 e por aí adiante, a utilização, ou não, da margem de endividamento do Executivo para investimentos que sejam financiáveis com empréstimos de médio e longo prazo. Desde que isso suceda, não para financiar despesa corrente e despesa a fornecedores, mas para financiar projetos concretos. Não lhe repugna nada, a ele, Senhor Presidente, a contração de um empréstimo para acabar a Rua da Soma, ou para acabar a Variante da Agueira, concretamente, fazer uma empreitada, aquele dinheiro está destinado a fazer isto. Ou ampliar uma área de acolhimento empresarial, fazer a rede viária que também é preciso. Em Nelas, ao lado da empresa Faurécia, o Executivo tem compromissos assumidos que tem que aumentara aquele bocado de rede viária, para aí, em 100 metros. O Executivo tem compromissos, a empresa QBeiras, o Senhor Carlos, da A. Couto, não larga o Senhor Presidente porque não tem um acesso alcatroado em condições, a empresa QBeiras, em baixo. Portanto, tem que se avançar com essa área de aumento da rede viária. O Lar que anda a ser construído da Família Machado, da empresa liderada por eles, também qualquer dia não se pode ter acesso ao Lar por um caminho de terra batida. Na Zona Industrial do Chão do Pisco a questão da rotunda, a questão do acesso ao Ecoponto, onde já há empresas e com muito movimento, até de combustíveis. E a Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, também com necessidade e o Executivo tem compromissos com a empresa Covercar de ampliar a rede viária. Portanto, o Executivo está também muito atento com isso e é uma opção que se poderá colocar no ano de 2016 em função da situação financeira e orçamental da Câmara é a possibilidade de utilização dessa margem do abaixamento do endividamento para fazer investimentos que sejam estruturantes e que sejam consensualizados. Portanto, regeneração urbana, as questões ambientais e como os Senhores Vereadores viam no PPI, completa prioridade a essa questão. Ele, Senhor Presidente, já tinha transmitido aos Senhores Vereadores que a ETAR de Nelas estava em vias de ser contratualizada e as outras ETAR,s sair um aviso para se poderem fazer as candidaturas, sendo certo que o Executivo vai avançar, para além das propostas que existem e da empresa AGR, vai pedir a mais uma, ou duas empresas, para além do DEE que foi feito em 2010 e que previa um investimento global á volta dos 6 milhões de euros para todas. Mas o Executivo vai tentar aumentar a oferta para ver se, de facto, consensualiza ainda mais a questão das ETAR,s, ou se tem estações elevatórias, se tem custos energéticos, se são ETAR,s compactas. Portanto, o que é preciso é que o problema seja resolvido. Potenciar o Rio Dão e o Rio Mondego resulta muito da despoluição dos mesmos. A Feira do Vinho do Dão tem corrido de forma excelente em termos promocionais. A questão do Museu do Vinho do Dão, em Santar, que também está inscrito no PPI, agora chamado CAVE – Centro de Artes do Vinho e do Espaço, em Santar, o Executivo está á espera que haja financiamento, portanto, vai depender do Governo, agora do novo Governo. Depois a questão da desmaterialização dos procedimentos e da sua ligação aos cidadãos, estão em formação, nesta altura, as pessoas que vão estar colocadas no Espaço do Cidadão de Canas de Senhorim e no Espaço do Cidadão de Santar. Portanto, em novembro,



Reunião de 30/10/2015

dezembro, há-de ir uma delegação de competências nas Juntas de Freguesia para fazer as obras. Vão adaptar o espaço das Juntas para Espaços do Cidadão, que ronda o valor de 25.000,00 euros em Santar e 20.000,00 euros em Canas de Senhorim. Era assim. Portanto, acesso progressivo às TIC,s – Tecnologias de Informação e Comunicação. Potenciar as plataformas digitais. As redes de Bibliotecas Públicas vão precisar de um investimento. Já lhe falaram a ele, Senhor Presidente, acha que está esgotado o CPU, ou o hardware, em termos da rede de Bibliotecas. Ele, Senhor Presidente, acha que é preciso fazer investimento. Depois, em termos de rede de voluntariados locais também está a ser feito, também vem em termos de PPI, aliás o Executivo inscreveu quase uma trintena de projetos em termos do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial. Foi uma opção assumida pelo Executivo. Mais projetos na área do imaterial, da inclusão social, do apoio á Terceira Idade, Universidade Sénior, da empregabilidade também, portanto, há lá a possibilidade, Cartão Municipal do Idoso, tudo isso, por aí. As competências das Juntas de Freguesia, vem lá o valor que já foi contratualizado com as Juntas de Freguesia e também porque o Executivo só o fez agora recentemente porque vai fazendo depois um acompanhamento progressivo, sem prejuízo do apoio que a Câmara dá às Freguesias, naturalmente. Apoiar os Bombeiros e Agentes da Proteção Civil. Como os Senhores Vereadores viam também em termos de atividades mais relevantes, está projetado um apoio de 25.000,00 euros para cada um dos Corpos de Bombeiros, sem prejuízo dos outros apoios. O Executivo tem um protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Canas de Senhorim para o auditório, que tem andado não com a velocidade que era desejável, mas, quer para o auditório, quer para o refeitório. Portanto, o refeitório está praticamente concluído. O auditório ver se também fica pronto. Depois aquela área mais lúdica e social. O Executivo quer também avançar com a conclusão disso. Na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas o Executivo tem dado o apoio que foi possível em termos da vedação, mas vai também equilibrar isso em termos também dos meios que deu á Associação Humanitária dos Bombeiros de Canas de Senhorim. Portanto, aumentar progressivamente o apoio aos Bombeiros porque eles, de facto, em tudo, são um parceiro indispensável de todo o trabalho municipal, em termos de Proteção Civil. Estão sempre disponíveis para ajudar, seja em atividades rodoviárias, incêndios, caminhos, provas desportivas, etc. Ele, Senhor Presidente, já pediu à Federação de Bombeiros e a eles próprios para lhe arranjam umas minutas de protocolo porque a intenção, para o ano vindouro, é o Executivo celebrar um protocolo global com cada uma das Associações de Bombeiros que contemple aquilo que já está em andamento, como as Equipas de Intervenção Rápida, mas também um conjunto de atividades e, portanto, para o ano está projetado transferir mensalmente, em termos deste Orçamento, 2.100,00 euros por mês para cada um dos Corpos de Bombeiros. Portanto, 25.000,00 euros. Isto sem prejuízo, eventualmente, da conclusão da vedação do quartel dos Bombeiros de Nelas, por exemplo e da conclusão destes trabalhos no quartel dos Bombeiros de Canas de Senhorim e também sem prejuízo de todo o apoio que se possa dar a nível de projetos que surjam no âmbito do PT 2020, quer para equipamentos, quer para viaturas, quer até para obras, se a ocasião se levantar. Mas, portanto, ele, Senhor Presidente, queria dar esta nota que estava previsto isso. Continuam como grandes apostas do Município as atividades culturais, o reforço do apoio a todas as associações. O pagamento tempestivo dos subsídios tem sido feito. Depois, os eventos, o Carnaval, o Feriado



Reunião de 30/10/2015

Municipal, o Executivo ia ver como é que o reestrutura neste ano que vem, o Feriado Municipal e a Semana do Município, iam ver. Depois vem a Feira do Vinho do Dão como grande evento económico e com verbas inscritas, a Viagem Medieval, o Mercado de Natal, o Rally do Vinho do Dão também vem inscrito, ele, Senhor Presidente, acha é um investimento senão corre-se o risco de se perder o investimento que se fez este ano, deve ser um projeto, tem que ser um projeto para continuar, eventualmente melhorado. Unidade Móvel de Saúde, cobrir todo o Concelho com Centros de Dia. O Executivo está a acompanhar Carvalhal Redondo e Canas de Senhorim. Também está inscrito no PPI, quer o Lar de Deficientes em Canas de Senhorim, quer o Centro Social de Carvalhal Redondo, também a acompanhar as associações. Portanto, só dar nota dito, o Executivo está a seguir o essencial dos seus compromissos e isso reflete-se no resumo das despesas segundo a classificação funcional. O Executivo tinha ali em saneamento inscrito 34,73% do Orçamento, onde estão, naturalmente, as ETAR,s. Tem inscrito em indústria e energia 10,5% do Orçamento. E tem também, apesar de estar ali inscrito nas funções sociais, nas funções sociais está, apesar de estar inscrito no PPI ainda um escasso valor já com atribuição de verbas, o Executivo tem planeado, no âmbito desses projetos da Comunidade Intermunicipal, particularmente esses, uma verba já substancial para todos os projetos de Ação Social. Ele, Senhor Presidente, estava a falar em próximo de 250.000,00 euros, apesar de estar inscrito apenas ali 45.000,00 euros com financiamento definido. O resto, como consta do Pacto, o Executivo tem a expectativa de os poder financiar durante o ano de 2016. Ele, Senhor Presidente, pediu desculpa aos Senhores Vereadores de os estar a insistir com aquelas questões, mas também servia para irem fazendo um ponto da situação das prioridades e do que é que está previsto. Portanto, já tinha falado do endividamento, das ETAR,s, das áreas de acolhimento empresarial onde está previsto um investimento também de 1.700.000,00 euros para Nelas e 700.000,00 euros para Canas de Senhorim, para a Ribeirinha e para o Chão do Pisco. Está inscrito também nas ARU,s – Áreas de Reabilitação Urbana, que depois vai dar lugar a um plano de ações de reabilitação urbana para Nelas, para Caldas da Felgueira, para Canas de Senhorim e para Santar. A eficiência energética também ele, Senhor Presidente, já tinha falado aos Senhores Vereadores, foi falando, há um projeto até ao fim do ano, que o Executivo recuperou, de substituição de luminárias sódio e mercúrio por luminárias led. Vai ser feito um investimento de 110.000,00 euros até ao final do ano. Portanto, aquele projeto que o Executivo recuperou da eficiência energética. Em todas as Freguesias vão ser substituídas as luminárias em determinados pontos que foram identificados em 2011. Isso, o Executivo não mexeu porque era apenas uma reestruturação, uma reprogramação do programa. Isso foi aprovado. O Executivo já está a preparar o caderno de encargos para lançar o procedimento. Até ao fim do ano tem que estar concluído esse processo. Máquinas e equipamentos, ele, Senhor Presidente, já está a fazer um levantamento dos custos que o Executivo vem assumindo com máquinas nos anos anteriores, particularmente, com motoniveladora, em que já passa de 30.000,00 euros em 2015, este ano. E também equipamentos de limpeza e etc., no sentido de ver como opção para o ano que vem, porque o Executivo não tem uma motoniveladora e arranjar a que tem 30 anos, que é a que o Executivo tem, custa 40.000,00 euros. E a buldózer está a arranjar e está sempre a avariar e este ano leva mais um concerto, portanto, mais 20.000,00 euros, que é o que está a acontecer agora. Portanto, o Executivo, em termos de máquinas e equipamentos, tem muita necessidade



Reunião de 30/10/2015

de uma motoniveladora, que fará um trabalho excelente no sentido de manter os caminhos agrícolas e florestais impecáveis. Portanto, ainda ontem, ele, Senhor Presidente, foi a Aveiro ver uma motoniveladora, da Volvo, em segunda mão, mas que custa muito dinheiro, são 175.000,00 euros. Mas é uma opção que, mais cedo que tarde, também trará a reunião de Câmara porque, de facto, o Executivo tem uma das partes da despesa do equipamento já a tem assumida, que é a despesa com Pessoal. Portanto, o Executivo tem que ter equipamentos, tem uma série de condutores, incluindo condutores de máquinas, mas o Executivo tem que ter máquinas para eles conduzirem, porque todos sabiam que uma coisa é o custo de uma máquina, só a máquina, quando a alugam, outro é o custo da máquina com o condutor. Ora, o Executivo, uma das partes do custo já o cá tem que são os 3 milhões de euros de custos com o Pessoal. Portanto, o Executivo tem que, também neste ano de 2016, com a margem que houver, que se dotar de equipamentos, absolutamente, essenciais para a atividade municipal, á cabeça uma motoniveladora e um cilindro e também um camião limpa-fossas porque são indignas, de facto, as condições em que prestam trabalho os homens que andam no trator, na cisterna. Portanto, ele, Senhor Presidente, também a esse nível ia pedir orçamentos e, eventualmente, existiam várias formas de fazer isto, ou adquirir equipamento com recursos próprios, ou fazer um financiamento mas conta para o endividamento, leasing, ALD, ou fazer o que a maior parte das Câmaras estão a fazer que é alugueres operacionais e, portanto, com um acordo associado com os locadores no sentido de depois, ao fim de 4, ou 5, ou 6 anos, o equipamento ser do Município e isso não contar para o endividamento. É o que têm feito montes de Câmara, mas o Executivo tem que, com prioridade também absoluta, modernizar as máquinas e equipamentos Municipais. Também, além disso, o Executivo tem necessidade em 2016 de comprar duas carrinhas de transporte de alunos porque atingem o limite de idade em que podem transportar crianças. Portanto, o Executivo vai ter de comprar duas carrinhas de nove lugares. Lojas e Espaços do Cidadão, ele, Senhor Presidente, já tinha falado. O projeto já foi enviado para a Modernização Administrativa o projeto ali do lado da Câmara para eles darem o parecer. Depois virá também a reunião de Câmara na primeira reunião de novembro antes de ser enviado, pelo menos para os Senhores Vereadores verem e também o ABC tem interesse nessa análise do projeto. Pronto, Por Freguesia, foi aquilo que os Senhores Presidentes de Junta foram comunicando. Está tudo inscrito. Muitas das coisas também estão inscritas com 1,00 euro e, portanto, vai sendo possível ir fazendo algumas das coisas. Portanto, genericamente, eram estas as notas que ele, Senhor Presidente, queria dar aos Senhores Vereadores. De seguida, o Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria inscrever para usar da palavra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Só queria dizer o seguinte. Não concordava muito com o Orçamento, mas é um documento de gestão do atual Executivo de quem está no poder. Vai abster-se na votação, aliás, como já tinha referido em tempos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Em relação ao Orçamento a ideia que também já foi transmitida ao Senhor Presidente e achava que era importante ali também reforçá-la, é a continuação da parte administrativa e financeira, portanto, vamos diminuir o endividamento e na tentativa da Câmara se libertar, que ele, Vereador Artur Ferreira, não entende que possa ser assim, pode



Reunião de 30/10/2015

ser feito também com o PAEL, mas, pelo menos, de uma vez por todas, a Câmara libertar-se do PAEL e ter a liberdade de escolher o que é que pode fazer, quer no Orçamento muito mais sem ter tantas implicações na DGAL e no futuro, como também a possibilidade da Câmara decidir o que é que quer fazer, como o Senhor Presidente disse e bem, em termos de endividamento, em termos dos impostos e das receitas que a Câmara possa trabalhar. Também, com isso, fazer com que a Câmara possa legalizar, se assim se pode dizer, a situação de alguns trabalhadores que estão há muito tempo a trabalhar na Câmara e que, com isso possam entrar no quadro da Câmara. Também aquilo que o Senhor Presidente disse e bem, a Câmara poder candidatar-se aos fundos comunitários com mais possibilidade de eles serem atendíveis com a libertação dessa possibilidade de empréstimos. Outro ponto também são as zonas industriais. Ele, Vereador Artur Ferreira, acha que é importante também continuar no seguimento que já vinha sendo feito nos outros mandatos, continuar a apostar nas zonas industriais, nas infraestruturas e nos acessos. Outra situação que nós também já dissemos, que é chamar os empreiteiros que têm as faturas, eventualmente, irregulares, ou não, para ver se, de uma vez por todas, se resolve alguma coisa com eles, ou se eles têm que recorrer a Tribunal, ou não. Mas, ele, Vereador Artur Ferreira, achava que era importante chamá-los a todos e tentar resolver essa situação. Na questão social também foi dito que, principalmente, em Senhorim, que há um deficit social para os idosos, até que ponto não seria bom a Câmara fazer uma segurança social itinerante, chamemos-lhe assim, uma vez por semana, ou duas vezes por mês, ou o que for possível passar pelas aldeias para dar alguma atividade a esses idosos em vez de serem eles a deslocar-se a Nelas. Se calhar podia ser a Câmara a ir lá. Também ficamos agradados e foi um dos pontos também que a gente focou são as obras que neste momento, pelo menos nos orçamentos anteriores, não vinham nas Grandes Opções do Plano. Era certo que algumas vinham a 1,00 euro, mas é importante que as Freguesias sintam que a Câmara quer ir ao encontro daquilo que eles pretendem. Nós, na volta que demos com os Senhores Presidentes de Junta, alguns disseram que aquilo que iam transmitir este ano era aquilo que já tinham transmitido no início do mandato. Portanto, finalmente, ainda bem que agora essas obras e esses anseios que eles tinham ter poderão ser, não dizia já efetuados, mas pelo menos inscritas para que logo que haja possibilidade essas obras nalguns casos, pelo menos nalgumas Freguesias, são necessárias, Também, em termos do Orçamento, a divisão que o Senhor Presidente disse, ele, Vereador Artur Ferreira, esperava bem que depois não traga problemas, o 60% 40%, não terem feito esse pedido atempadamente, se não depois estarão ali com uma situação complicada. Também não via mal nenhum que não se cative o valor do IMI, mesmo que ele não seja preciso. Nesse aspeto ele, Vereador Artur Ferreira, gosta de jogar pelo seguro. Mesmo que não seja utilizado para abatimento do empréstimo, que ele acha que devia ser em primeiro lugar, possa ser canalizado para as obras que as Freguesias precisam, ou para os fundos comunitários, para concorrer aos fundos comunitários. Depois, uma outra situação que achava que já tinha sido falada ali, que era importante quando a Câmara fizesse algum trabalho depois na área das viárias, ter em atenção também às ciclovias, se houver possibilidade, também trabalhar nisso. Depois, nas Grandes Opções do Plano, portanto estava lá aquilo que a gente também focou, estavam lá todas, era verdade, a 1,00 euro, mas estavam lá. Haja, assim, dinheiro e haja vontade para as fazer. Havia ali uma situação que ele, Vereador Artur Ferreira, acha que devia ser mais



Reunião de 30/10/2015

reforçada, que é a situação dos eventos. Nós temos noção que os valores que estão ali inscritos que são, quer para a Feira do Vinho do Dão, quer para outros eventos, que são poucos para aquilo que depois é sempre orçamentado. Ele, Vereador Artur Ferreira, achava que era logo de início, se a gente pudesse pôr logo esse valor era preferível. Para terminar, só mais uma sugestão, que deixava, que era na questão dos jardins, já o disse há tempos, mas era o seguinte, criar, ver se há possibilidades de criar uns tutores para os jardins. Ele, Vereador Artur Ferreira, queria com isto dizer que havia empresas que tinham jardinagem e que podem trabalhar aquele jardim e sem ser os trabalhadores da Câmara. Eles ficavam com publicidade no jardim, mas eles próprios trabalhavam, ou as rotundas, ou o jardim e eles faziam essa manutenção e libertavam alguns dos trabalhadores da Câmara para outros trabalhos. Não sabia se era possível, ou não, mas era uma questão depois em termos de legalidade se seria possível. Por último, deixava ali uma sugestão, achava que era mais importante no Orçamento para o ano que vem o Senhor Presidente cansa os Senhores Vereadores com as cadeiras. A primeira coisa era reformular aquelas cadeiras, tirar um bocadinho de dinheiro do Orçamento para as cadeiras. Afirmou que a votação que ele, Vereador Artur Ferreira, ia ter no Orçamento não o impedirá no futuro, ou quando for na apresentação do Relatório de Gestão e de Contas ter outra votação diferente. Naquele momento, aquilo que ali estava vertido era muito daquilo que a gente pretendia. No entanto, na execução, depois iam ver se depois vai ser feito assim, ou não. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se mais algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar sobre o Orçamento. Não havendo, pôs o assunto á votação. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges e Dr.^a Sofia Relvas Marques, e uma abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar as propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2016, devendo este assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira ia fazer uma declaração de voto e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques também. De seguida, afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fará chegar, nos próximos cinco dias, uma declaração de voto. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. O meu voto favorável espelha-se um bocado naquilo que eu já há disse. Portanto, ter em atenção que foi feito no primeiro Orçamento que nós vemos neste mandato o atendimento perante as Juntas de Freguesia, acho que é importante. Também a forma como decorreu o debate para o Orçamento, tendo sido chamados, tendo sido postos ao corrente daquilo que eram as ideias da Câmara e aquilo que eram as nossas ideias também nos apraz registar e acho que era um facto que nós queríamos ressaltar para o futuro, não só para o Orçamento, mas para outras situações que sejam importantes para a Câmara. No entanto, isto, como eu disse também, não impede que no futuro, na apreciação do Relatório de Gestão a votação seja diferente.”* -----

---- No dia 03 de novembro de 2015, o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, enviou via e-mail, à Câmara Municipal, a seguinte declaração de voto: -----



Reunião de 30/10/2015

----- *“Reunião Extraordinária de 30 de Outubro de 2015 -----*
 ---- *Assunto: Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2016*
 ---- *Declaração de Voto: -----*
 ---- *É nosso entendimento que neste Orçamento Municipal e nas GOP, para o ano de 2016, foi completamente desprezado o futuro, designadamente os dos nossos Idosos, na falta de apoio às obras de carácter Social. -----*
 ---- *Nota-se também a falta de vontade política na construção de obras de cariz Cultural em algumas freguesias. -----*
 ---- *Optou o Executivo que exerce o poder na nossa autarquia em realizar despesas com mais Rallies, com Ciclismo e outras, que na nossa modesta opinião, ao contrário do que afirmam, não promovem o nosso Concelho, muito menos beneficiam aqueles que humildemente cultivam as suas vinhas, produzem o seu queijo e leite ou até mesmo o seu azeite. -----*
 ---- *Em dois anos da sua gestão, em que dão primazias aos tais atos promocionais do nosso Concelho, ainda hoje as famílias não sentiram nas suas vidas quaisquer melhorias. -----*
 ---- *Com este Orçamento Municipal não será proporcionada melhor qualidade de vida aos Municípes. -----*
 ---- *Com esta gestão, não fosse o aumento do IMI, a redução das despesas com o Pessoal da autarquia e a diminuição do valor da compra da água ao sistema de tratamento e o aumento da fatura da água aos consumidores, ao fim de quatro anos deste mandato, as contas da autarquia deixariam de estar controladas e estabilizadas, como foram encontradas em 2013.-*
 ---- *Quando não há dinheiro para as obras de Ação Social, quando não há condições para baixar o IMI, ou aderir ao IMI familiar, ou até mesmo baixar o preço da água para consumo doméstico... como é que se prevê gastar “ rios de dinheiro” em Rallies, ciclismo, festas e publicidade. -----*
 ---- *Posto isto e, considerando que os documentos em discussão naquela reunião, são da inteira responsabilidade de quem está no poder, mesmo não concordando com os documentos, só restou ao vereador do CDS/PP, ABSTER-SE, na votação. -----*
 ---- *Vila Ruiva, 03 de novembro de 2015 - O Vereador do CDS/PP Manuel Marques.” -----*
 ---- *Por fim, o Senhor Presidente pediu á Senhora Dr.ª Célia Tavares para proceder á leitura da minuta da ata da presente reunião extraordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. ----*

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião extraordinária às onze horas e um minuto, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

 A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
